

Moção A - candidata à Comissão Coordenadora Distrital de Lisboa – biénio 2022-2024

Efetivos

- 1 Mariana Mortágua, Lisboa
- 2 Fabian Figueiredo, Loures
- 3 Sara Simões, Odivelas
- 4 Isabel Pires, Lisboa
- 5 Pedro Pisco, Torres Vedras
- 6 Tânia Russo, Sintra
- 7 Bruno Góis, Sintra
- 8 Sónia Pedro, Alenquer
- 9 Luís Salgado, Cascais
- 10 Marco Marques, Lisboa
- 11 Deolinda Martin, Amadora
- 12 João Fernandes, Vila Franca de Xira
- 13 David Ferreira, Oeiras
- 14 Raquel Lindner, Lisboa
- 15 Nelson Calheiros, Cascais
- 16 André Julião, Loures
- 17 Ana Rita Durães, Oeiras
- 18 Luís Santos, Odivelas
- 19 Beatriz Pedroso, Amadora
- 20 Rodrigo Machado, Lisboa
- 21 Rita Sarrico, Loures
- 22 Firmino Amendoeira, Azambuja
- 23 Catarina Lourenço, Vila Franca de Xira
- 24 Helena Figueiredo, Lisboa
- 25 Luis Mós, Cascais

Suplentes

- 1 Afonso Filipe, Cascais
- 2 Paula Teixeira, Loures
- 3 Diogo Franco, Torres Vedras
- 4 Carlos Gonçalves, Loures
- 5 Telma Tavares, Oeiras
- 6 Rui Ricardo, Alenquer
- 7 Miguel Areosa Feio, Amadora
- 8 Celina Santos, Sintra
- 9 Vítor Edmundo, Loures

Representante da moção na MAE: Pedro Pisco

Um Bloco mobilizado no distrito de Lisboa

Um novo mandato para reforçar a intervenção do Bloco no distrito de Lisboa

Esta lista candidata-se para um novo mandato assumindo uma continuidade com o trabalho que tem sido feito nos últimos anos, e que levou a um reforço da intervenção do Bloco de Esquerda no distrito de Lisboa. A lista atual apresenta uma presença em 10 concelhos do distrito, aliando a experiência militante à renovação, a militância sindical ao movimento estudantil, a intervenção autárquica na Área Metropolitana aos territórios do Ribatejo e Oeste.

A coesão na pluralidade e na representatividade é o mote de uma candidatura ampla que quer reforçar a intervenção do Bloco de Esquerda no distrito, apoiar o trabalho e promover a entreaajuda das concelhias e reforçar o movimento de quem se levanta contra a crise.

Balanço de um ciclo difícil

As atuais eleições para a Comissão Coordenadora Distrital de Lisboa ocorrem após um ciclo político e social muito particular. Nos últimos anos, foi preciso reinventar a política (fruto das limitações que a pandemia da Covid19 impôs) e enfrentar três atos eleitorais difíceis para o Bloco de Esquerda: as Presidenciais de 2021, as Autárquicas de 2021 e as Legislativas de 2022.

Em todo este período, o isolamento e a perda de rendimentos que afetaram o país, também tiveram o seu reflexo nas condições para a militância no distrito de Lisboa. Apesar dessas dificuldades, a mobilização das e dos ativistas do Bloco foi essencial para garantir a continuidade da atividade política no distrito. Tanto nos períodos de confinamento, com encontros online muito participados, como nas campanhas eleitorais. Apesar do isolamento e do medo social, o Bloco reinventou-se e esteve na rua, a bater-se pelos melhores resultados possíveis.

Na análise deste ciclo político não pode ser ignorada a decisão, tomada em 2019, de votar contra o Orçamento do Estado para 2020. O voto do Bloco foi a consequência inevitável das escolhas do Governo do PS que, na procura da maioria absoluta, escolheu a chantagem aos partidos à sua esquerda: a crise política ou um orçamento que agravava os problemas do Serviço Nacional de Saúde (SNS), e falhava no apoio social em contexto de pandemia. Nessa altura, o sentido de voto do Bloco foi amplamente discutido no distrito de Lisboa, tendo a coordenadora distrital organizado 3 plenários de aderentes, muito participados, num espaço de 2 meses.

A perceção pública sobre este voto, assim como a ameaça da extrema direita, foram as armas do PS para conjurar a maioria absoluta que apresenta agora o seu segundo Orçamento do Estado, desta vez num cenário de inflação e de guerra, na sequência da invasão russa à Ucrânia.

A maioria absoluta do PS força o empobrecimento do país

Sob o poder da maioria absoluta do PS, 2022 ficará marcado como o ano em que os salários sofreram um corte real sem precedentes na história recente, enquanto as empresas do PSI20 apresentaram lucros recorde. Embora o empobrecimento e as desigualdades sejam apresentadas como o efeito inevitável da inflação e da guerra, eles são, na verdade, o resultado de opções políticas. Ao não atualizar os salários da função pública à inflação, o Governo dá o mote para o comportamento dos patrões no setor privado, forçando o país ao empobrecimento. Por outro lado, a rejeição de políticas eficazes de controle de preços, de margens de lucro ou de tributação de lucros excessivos, permite a continuação de uma espiral de lucros e inflação em setores chave da economia. É a política de classe, e não uma qualquer inevitabilidade, que determina quem perde e quem ganha num mundo em crise permanente. É também a política de quem trabalha que pode fazer com que a maior calamidade de todas, a climática, saia de segundo plano e que não sejam os mesmos de sempre a pagar mais esta crise.

As esperanças levantadas pela desaceleração económica durante a pandemia revelaram-se infundadas. A guerra e a inflação, em grande medida causada pela especulação, deixaram as preocupações ambientais para segundo plano e reforçaram o poder das petrolíferas. Segundo os dados mais recentes das Nações Unidas, o mundo caminha a passos largos para um ponto de não retorno ambiental.

As lições do passado não devem ser esquecidas. O papel da esquerda, e do Bloco de Esquerda, é o de construir uma alternativa à política da corrida para o fundo. Os salários, as pensões, os direitos laborais, os serviços públicos e o investimento na transformação produtiva da economia são a resposta às crises que vivemos, e não podem ser sacrificados em seu nome.

No país como no distrito de Lisboa, a crise será vencida se o sistema financeiro for colocado ao serviço do país, se protegemos o emprego e o salário, valorizarmos quem constrói os serviços públicos, reforçarmos os direitos do trabalho e o Estado Social, enfrentarmos a precariedade, em todas as dimensões da vida, prepararmos a transição ecológica, tornarmos pleno o direito à habitação e à educação e combatermos o racismo, a violência de género, o patriarcalismo, a LGBTfobia, e a discriminação dos

mais idosos e idosas (o idadismo). É esse o programa transformador do Bloco que orienta a nossa ação.

A habitação no centro de todas as lutas

De entre as várias áreas de intervenção do Bloco de Esquerda do distrito de Lisboa, há uma que merece destaque: a habitação. A desregulamentação do arrendamento, a proliferação desenfreada do turismo e as políticas de atração de capitais estrangeiros para o setor imobiliário, transformaram a habitação num luxo incomportável para a maioria dos cidadãos. Este efeito sente-se particularmente na cidade de Lisboa, mas alastra-se hoje a todos os concelhos do distrito.

A crise da habitação não se resolve apenas com a construção de um parque habitacional público, embora seja necessário investir na qualidade e disponibilização de habitação a custos controlados. É necessário combater e reverter as políticas liberais que promovem a especulação imobiliária e desviam as casas de habitação para outros fins. O surgimento e fortalecimento de movimentos sociais que exigem o direito à habitação e contestam, nomeadamente, a presença excessiva do Alojamento Local nos centros das cidades, é um exemplo do caminho a seguir. O Bloco deve solidarizar-se com esses movimentos, criar proposta e agitação própria sobre um tema que é central para a vida no distrito.

Uma agenda distrital de contacto com a população e de mobilização social

Nas últimas legislativas, no círculo de Lisboa, o Bloco elegeu 2 deputados para a Assembleia da República. Os momentos de campanha e a agenda das concelhias têm permitido um contacto entre as deputadas e deputados e as organizações locais. Esse trabalho deve ser aprofundado, com apoio da distrital, para continuar a prestar contas, debater e dar a conhecer as nossas propostas.

Mais que isso, é também importante integrar e dar visibilidade a importantes lutas locais, como fizemos no apoio às trabalhadoras da Triumph, em Loures; como fizemos quando acompanhamos as reivindicações da população de Alhandra devido aos perigos de saúde provocados pela poluição da CIMPOR, ou quando denunciámos a precariedade em que vivem os trabalhadores migrantes agrícolas, em Torres Vedras ou como quando defendemos o alargamento da rede de metropolitano para Loures ao invés da má escolha feita pelo Governo, com o apoio do PS na Câmara de Lisboa, da linha circular; como continuamos a estar alerta para as dificuldades nos transportes públicos do distrito em tempo de pandemia; como fizemos no apoio aos moradores do Bairro 6 de Maio na Amadora; como quando estivemos presentes em todas as

manifestações contra o racismo; como quando estivemos em vários locais de trabalho ao longo dos anos em Vila Franca de Xira; na luta pelo acesso à saúde em Azambuja e Torres Vedras e dos trabalhadores do Monte da Lua, em Sintra. Esse trabalho de visibilização das lutas e de articulação com o parlamento deve ser continuado, é o que permite fortalecer a organização e dar força às populações.

Ao longo do próximo mandato, a coordenadora eleita manterá uma agenda distrital de contacto com a população, e com as concelhias, através de iniciativas propostas por ambas as partes, mantendo a ligação com os eleitos na Assembleia da República. Essa agenda comum servirá o propósito de alcançar uma maior proximidade com a população, com momentos de escuta das suas preocupações e de apoio à formação de ativistas locais.

A coordenadora empenhar-se-á em mobilizar as e os aderentes do Bloco de Esquerda para todos os momentos de contestação social às políticas liberais do Governo PS, sejam pequenas iniciativas locais ou grandes manifestações. O Bloco deve afirmar-se, no distrito de Lisboa, como uma força política de contestação e alternativa à política de empobrecimento dirigida por António Costa.

Nos últimos dois anos, apesar das condicionantes impostas pela pandemia, assistimos a relevantes mobilizações feministas, LGBTI+, antirracistas, antifascistas e internacionalistas. A Coordenadora Distrital tem dialogado com esses movimentos e apoiado a sua mobilização, engrossando as suas iniciativas, e capacidade de auto-organização. Esse trabalho deve ser continuado e reforçado. As mobilizações sociais de carácter progressista são essenciais para a construção de uma alternativa política socialista e para a derrota das forças sociais obscurantistas.

Dinamização da sede distrital e rede de sedes no distrito de Lisboa

A dinamização da Sede Distrital mantém-se uma intenção expressa da Coordenadora Distrital. Nesse sentido, a coordenadora avançou, no passado recente, com um grande investimento na infraestrutura do edifício que tornou este espaço mais confortável e reorganizou-o de modo a poder albergar diferentes iniciativas propostas pela distrital, pelas concelhias, pela organização de jovens do Bloco ou mesmo por grupos de aderentes.

A coordenadora faz um balanço positivo desta intervenção. Por um lado, as iniciativas de debate, de convívio militante e sessões de trabalho multiplicaram-se, ao longo dos últimos meses, por outro, foi fundamental para a organização militante das campanhas eleitorais das presidenciais, autárquicas e legislativas. Propomo-nos, por isso, a

prosseguir com a dinamização da Sede Distrital como espaço aberto de debate, trabalho e convívio.

As sedes concelhias são um importante espaço de organização da atividade política do Bloco de Esquerda e da sua afirmação como força política próxima das populações. A Coordenadora, em articulação com as coordenadoras concelhias, tem feito um esforço para a manutenção da atual rede de sedes do distrito de Lisboa. No próximo mandato, propomo-nos prosseguir com esse trabalho e a reforçar os mecanismos de autofinanciamento da organização distrital para fortalecer e alargar a organização do Bloco de Esquerda em toda a extensão do distrito.

Para promover a descentralização, e apoiar os núcleos concelhios do Bloco, comprometemo-nos a organizar plenários descentralizados, que promovam o encontro de militantes em várias localizações de um território vasto e diverso como é o distrito de Lisboa.

Apoiar a intervenção local do Bloco

Nas últimas eleições autárquicas as candidaturas promovidas pelo Bloco de Esquerda elegeram 2 vereadoras, 17 deputadas e deputados municipais e 52 membros das assembleias de freguesia. Nesse combate eleitoral, a distrital de Lisboa deu um contributo fundamental quer no apoio às concelhias, quer no lançamento de candidaturas onde a organização local necessitava de mais apoio.

A coordenadora, em articulação com as concelhias, tem vindo a apoiar as e os autarcas e dinamizado sessões de trabalho e debate dos problemas e desafios locais, da habitação aos transportes, da água à gestão do território, da participação local ao papel das autarquias na defesa da saúde e da escola públicas.

Neste mandato, a distrital deve reforçar esse trabalho bem como a articulação das e dos autarcas, nomeadamente, no desenvolvimento e apresentação de iniciativas conjuntas. Para tanto, devem ser organizadas reuniões inter concelhias, distritais e metropolitanas sempre que isso se justificar.

Sabemos que as eleições autárquicas se preparam com tempo. A coordenadora deve iniciar a sua reflexão sobre esse combate eleitoral, ao longo deste mandato, com o objetivo de encontrar fórmulas que alarguem o espaço da alternativa local que o Bloco de Esquerda pretende preconizar.